

TECNOLOGIA ASSISTIVA NA TRANSFORMAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE TESTES PSICOLÓGICOS PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Aline Menezes Soares¹, Luiz Henrique Silva Pereira¹, Pedro Henrique Carvalho de Oliveira¹, Isabele Santos Eleotério², Gabriela Vieira de Abreu³, Barbara Ribeiro Malacarne Paiva³, Karine Lourenzone de Araujo Dasilio³, Fernanda Bravim³, Wakyla Cristina Amaro Corrêa³.

¹Discentes do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

²Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

³Docente do Curso de Medicina do Centro Universitário Multivix Vitória, Vitória – ES

RESUMO

Esta pesquisa representa uma investigação realizada por alunos do curso de Psicologia do Centro Universitário Multivix Vitória, como parte do Trabalho de Conclusão de Curso. O trabalho concentra-se na adaptação e transformação de testes psicológicos com o auxílio de tecnologias assistivas. Além disso, a proposta envolve examinar o processo de avaliação psicológica de indivíduos com deficiência visual, avaliar as estratégias empregadas nessas avaliações, analisar as modificações efetuadas nos testes psicológicos e investigar as tecnologias assistivas que facilitam essa adaptação. Apresenta-se como metodologia de pesquisa a pesquisa bibliográfica, em consultas a bases de dados como Scielo e Google Acadêmico, mediante o uso de palavras-chave como "avaliação psicológica", "deficiência visual", "tecnologias assistivas", "Adler", "Vygotsky". Para complementar a pesquisa, foram realizadas visitas a instituições especializadas em ensino e comercialização de testes psicológicos. Além disso, o estudo aborda questões relacionadas ao emprego de tecnologias assistivas no contexto da avaliação psicológica, à adaptação de testes psicológicos e às compreensões sobre deficiência visual, fundamentadas em documentos como cartilhas do Conselho Federal de Psicologia e nas teorias dos psicólogos, Alfred Adler, com sua Psicologia Individual, e Lev Semionovitch Vygotsky, com sua teoria Sócio-histórica.

Palavras-chave: Avaliação psicológica; Deficiência visual; Tecnologias assistivas.

INTRODUÇÃO

A avaliação psicológica desempenha um papel crucial na compreensão do indivíduo, sendo fundamental para identificar as necessidades específicas de um indivíduo com o objetivo de criar intervenções que visem melhorar a saúde mental e a qualidade de vida. No entanto, ao avaliar indivíduos com deficiência visual, surgem desafios consideráveis relacionados à acessibilidade, que abrangem a necessidade de garantir que a avaliação seja adequadamente utilizável em indivíduos com deficiência visual. Nessa perspectiva, conforme estabelecido pela lei 13.146/2015, a acessibilidade é compreendida como os requisitos de entrada para a utilização, com autonomia e segurança, de mobiliários, equipamentos e espaços urbanos, transportes, edificações e serviços e tecnologias de comunicação e informação, sendo estes, aplicados por seres humanos com mobilidade reduzida ou deficiências (SENADO FEDERAL, 2019). Além disso, a precisão é essencial, garantindo que os resultados sejam confiáveis e adequados, independentemente da deficiência. Segundo Anastasi, a precisão dos testes psicológicos envolve a consistência dos resultados de um indivíduo ao realizar o mesmo teste em momentos diferentes (ANASTASI, 1977).

Ademais, a equidade também tem seu papel, assegurando que indivíduos com deficiência visual tenham igualdade de oportunidades e condições justas na avaliação, sem discriminação. Segundo Vasques e Silva, a equidade na organização de ensino pode ser entendida, como, o acesso ao conhecimento através de métodos para alcançar uma efetividade no desenvolvimento acadêmico e compreensão em relação às diferenças entre os estudantes como os diferentes contextos sociais (VASQUES; SILVA, 2020).

Nessa perspectiva, é fundamental estabelecer proximidade entre a equipe responsável pela criação ou ajuste de ferramentas e as pessoas com as deficiências alvo, com o objetivo de analisar o efeito das modificações feitas quanto à facilidade de uso, acessibilidade, compreensão clara das tarefas e ajustes necessários (CAMPOS, 2022). Ademais, no contexto educacional, a inclusão busca garantir a prerrogativa de cada estudante desenvolver suas habilidades, e, através da educação, proporcionar o exercício da cidadania por parte dos estudantes (FREIRE, 2008).

Diante desses desafios, é essencial entender a importância da acuidade visual, que é a habilidade do sistema visual humano em distinguir detalhes finos e nítidos em objetos ou textos a uma determinada distância expressa através de fração. Esta medição é realizada em termos de frações, onde o numerador representa a distância a que o teste é realizado e o denominador representa a menor distância em que um objeto pode ser visto com nitidez. Por exemplo, uma pessoa com uma acuidade visual de 6/12 consegue enxergar a uma distância de 6 metros aquilo que uma pessoa com visão comum consegue visualizar a 12 metros. Com isso, é possível realizar um levantamento das dificuldades existentes presentes no indivíduo deficiente visual a depender do grau de *déficit* visual (VAZ; MELO, 2022). A deficiência visual abrange um espectro que varia de baixa visão a cegueira, com categorias distintas, incluindo leve (visão inferior a 6/12), moderada (visão inferior a 6/18), severa (visão inferior a 6/60) e cegueira (visão inferior a 3/60), dependendo da distância que a pessoa consegue enxergar (VAZ; MELO, 2022).

Conforme a última edição da Classificação Internacional de Doenças (CID), a deficiência visual para longe é caracterizada pela acuidade visual inferior a 0,5 no olho com melhor visão. Em contrapartida, a cegueira é definida quando a acuidade visual é inferior a 0,05 no olho com melhor visão. Essas definições precisas de deficiência visual e cegueira são essenciais para diagnósticos médicos, tratamentos e políticas de saúde pública (OLIVEIRA et. al., 2022).

Considerando isso, este estudo tem como objetivo geral investigar o processo de avaliação psicológica de indivíduos com deficiência visual, abordando estratégias, limitações e o uso de tecnologia assistiva para melhorar a acessibilidade dessas avaliações. Para isso, os objetivos específicos incluem apreciar as estratégias utilizadas em pessoas com deficiência visual na avaliação psicológica, destacando as limitações que impactam sua precisão e acessibilidade, examinar as modificações realizadas em testes psicológicos e os métodos de implementação de tecnologia assistiva, e analisar as tecnologias assistíveis disponíveis, como leitores de telas, *softwares* de reconhecimento de voz e dispositivos hápticos a fim de identificar como essas tecnologias podem ser aplicadas para melhorar a acessibilidade de testes

psicológicos. Este estudo visa não apenas explorar as complexidades desse processo, mas também contribuir para a promoção de avaliações psicológicas mais inclusivas e equitativas para pessoas com deficiência visual.

MATERIAL E MÉTODO

Para execução deste trabalho foram adotados como método a pesquisa bibliográfica e visitas técnicas a fim de investigar o processo de avaliação psicológica de indivíduos com deficiência visual, abordando estratégias, limitações e o uso de tecnologia assistiva para melhorar a acessibilidade dessas avaliações. De acordo com Gil (2002), as pesquisas bibliográficas são elaboradas através de materiais pesquisados por outros autores, como, artigos científicos e livros.

Esta pesquisa bibliográfica envolveu uma revisão analítica e crítica da literatura existente relacionada ao nosso tema de pesquisa, através da biblioteca digital ou mecanismo virtual de livre acesso como, o Google Acadêmico, Scielo, site do Conselho Federal de Psicologia, os acervos da Universidade Federal do Espírito Santo e da Multivix Centro Universitário Vitória. Foram pesquisados materiais relativos ao período de 2000 a 2022 e utilizados os consecutivos descritores “avaliações psicológica”, “tecnologia assistivas”, “deficiência visual”, “Adler” e “Vygotsky” na busca por documentos, artigos e livros no idioma da língua portuguesa. Dentre eles, “avaliação psicológica” foi empregado em cinco artigos, “deficiência visual” em seis artigos, “tecnologia assistiva” em dois artigos, “Adler” em um artigo e “Vygotsky” em um artigo, totalizando 15 artigos na seleção.

Para complementar essa análise teórica, foram realizadas visitas técnicas à Livraria e distribuidora exclusiva de testes psicológicos, a Psicoteste, e ao Núcleo de Práticas em Psicologia (NPP) Centro Universitário Multivix Vitória para coletar dados e conhecer os testes psicológicos.

DESENVOLVIMENTO

O referencial teórico abordará determinadas áreas de conhecimento como as concepções sobre o processo de avaliação psicológica, observações sobre o processo avaliativo de pessoas com deficiência visual. Em seguida, serão examinadas diversas compreensões sobre a deficiência visual e como essas percepções influenciam no processo de avaliação psicológica. Além disso, a pesquisa abordará temas como adaptações e/ou possíveis métodos para adaptar testes psicológicos, utilização de tecnologias assistivas na avaliação psicológica de deficientes visuais, e, ademais, trata de observações sobre educação e processo de aprendizagem de pessoas com deficiência, baseando-se em teóricos da Psicologia como Adler e Vygotsky.

Em consonância com Leite, Lev Semionovitch Vygotsky, (1896-1934), foi um psicólogo russo que, em 1924, iniciou seus estudos em Psicopatologia, Psicologia Evolutiva e Educação. Vygotsky desenvolveu uma teoria denominada Sociocultural ou Histórico-Cultural do psiquismo humano (LEITE, 2021). Esta teoria buscou explicar

como se dá a conexão entre pensamento e a linguagem e o avanço cognitivo (LEITE, 2021). Além disso, segundo Leal e Massimi, Alfred Adler, (1870- 1937), foi um médico psiquiatra austríaco que realizou estudos em psicologia entre 1898 e 1937, iniciando seus estudos na área da Psicanálise, e, posteriormente desenvolveu uma teoria, denominada Psicologia Individual (LEAL; MASSIMI, 2017). A Psicologia Individual busca compreender aspectos e características únicas do sujeito, como, expressão de sua maneira de ser, conteúdos conscientes e inconscientes, e, desse modo, buscando compreender o no qual o sujeito está inserido e suas funções mentais e corporais (LEAL; MASSIMI, 2017).

Conceituações sobre avaliação psicológica e observação sobre o processo avaliativo de pessoas com deficiência visual

A avaliação psicológica é um procedimento abrangente que está associado à integração de dados oriundos de várias fontes de informação como análise de documentos, entrevistas, observações sistemáticas e testes psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020). Ainda, a avaliação psicológica é compreendida como um processo de investigação de elementos psicológicos (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Ela é composta por técnicas, instrumentos e métodos, com a finalidade de disponibilizar dados que auxiliem no processo de decisão, em âmbito institucional, individual ou grupal (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018).

Nos últimos anos, a avaliação psicológica experimentou notáveis avanços, fruto de uma convergência entre conhecimentos científicos e práticos. Os impactos dessa evolução têm se refletido na comunidade, promovendo a busca constante por uma compreensão abrangente dos indivíduos, através da combinação de diversas técnicas de observação e análise, incluindo a aplicação de testes. A seleção do teste apropriado requer um profundo entendimento dos objetivos da avaliação em um cenário específico, tal como a familiarização com o Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019).

O SATEPSI foi instituído simultaneamente com a criação da Comissão Consultiva em Avaliação Psicológica (CCAP), embora a avaliação de instrumentos submetidos ao SATEPSI represente apenas uma das responsabilidades atribuídas a CCAP. A origem do SATEPSI remonta a quase 25 anos, um período marcado por uma crise de confiança nos testes psicológicos, que se tornaram alvo de críticas e desconfiança por diversos setores da sociedade, incluindo o Poder Judiciário e até mesmo alguns profissionais da Psicologia (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019). Questões como a utilização inadequada dos testes por profissionais mal preparados, a reedição e comercialização sem revisão das propriedades psicométricas, a disseminação indiscriminada em locais inadequados e sua aplicação simplificada em auditórios lotados, da mesma forma que a produção de laudos questionáveis, minaram a credibilidade das avaliações psicológicas (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019). A instituição da Comissão permitiu o estabelecimento de canais de diálogo com os órgãos de regulamentação, e a Resolução do Conselho Federal de Psicologia nº002/2003, marcou o início da avaliação dos testes (SHUTTERSTOCK; WERNECK,

2019).

A escolha do teste deve considerar fatores como psicopatologia, histórico de desenvolvimento infanto-juvenil, idade, escolaridade e a propriedade daquilo que se almeja mensurar (HUTZ; BANDEIRA, 2018). Adicionalmente, é fundamental que os especialistas dominem os instrumentos utilizados na avaliação, pois a ausência de domínio comprometeria a compreensão aprofundada da situação. Os testes psicológicos devem estar a serviço dos objetivos dos profissionais de Psicologia, que precisam ter clareza sobre os resultados que desejam obter (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a). É crucial evitar a prática de instrumentos que não sejam validados, originais e que não atendam aos requisitos de um ambiente indicado para a realização dos testes. Através do SATEPSI, é possível consultar uma lista de testes não validados, destacando a ênfase na falta de ética em sua utilização na atuação profissional (HUTZ; BANDEIRA, 2018). Essas alterações simbolizam um progresso notável na flexibilização e aprimoramento das abordagens de avaliação psicológica (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a). A transparência e a inexistência de intervenções durante o procedimento de avaliação são essenciais para uma avaliação criteriosa, eficaz e ética, demandando conhecimento técnico aprofundado (SHUTTERSTOCK; WERNECK, 2019).

Muitas vezes, ocorrem alguns equívocos em relação à sua definição, como, igualar a Avaliação com a Testagem Psicológica. A aplicação de testes é uma atribuição da Avaliação Psicológica que se encontra no meio de outros segmentos existentes, a partir deste tipo de instrumento é possível reunir indicadores comportamentais que apontam diferenças individuais (VAZ; MELO, 2022). No entanto, determinados métodos e ferramentas de avaliação, como os testes psicológicos, nem sempre são acessíveis à população com deficiência visual.

Para mais, surgiu a hipótese de realizar avaliações psicológicas *online*. Segundo os parâmetros do Conselho Federal de Psicologia, a avaliação psicológica mediante testes pode ser conduzida *online*, desde que o profissional esteja devidamente registrado em um Conselho Regional, cumpra as diretrizes estabelecidas nas resoluções em vigor e leve em consideração as características individuais dos pacientes, como, condições físicas, capacidades cognitivas, idade, contexto social e cultural, além de aspectos relacionados a tecnologia, como a utilização de equipamentos eletrônicos e condições de acesso a internet (MARASCA; et. al., 2020). Conforme o Conselho Federal de Psicologia (2020b), a pandemia trouxe interrupções no relacionamento com os clientes e dificuldades na atuação profissional. Além dos impactos do isolamento e do distanciamento social, a realização da avaliação psicológica *online*, nesse contexto, requer a prática de procedimentos computadorizados e à distância em cenários simulados antes de serem realizados em situações reais com os clientes. Somado a isso, é necessário realizar um monitoramento em relação aos recursos áudio-visuais durante todo o processo de aplicação do teste, mesmo com instrumentos autoadministráveis. Compreende-se que isso viabiliza a verificação de se o teste está efetivamente sendo preenchido pelo avaliado e não por outra pessoa, ampliando a chance de preservação da confidencialidade profissional e das condições de aplicação por parte do psicólogo

(CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a).

Além disso, não fazer esse monitoramento aumentaria o risco de violações da segurança do teste. Mediante a isso, a avaliação psicológica deve ser realizada de forma síncrona, sem gravação e os testes utilizados devem constar da lista de instrumentos reconhecidos pelo Sistema de Avaliação de Testes Psicológicos (SATEPSI) para essa condição, conforme o artigo da Resolução CFP n.º 09, de abril de 2018 (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2020^a).

Ademais, segundo Vieira (2018), a literatura aponta que a preocupação em relação ao processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência é atual. Desse modo, destaca-se que há uma ausência de testes psicológicos adaptados para pessoas com deficiência visual, pois segundo as informações provenientes do Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), conduzidos em 2010, indicam que cerca de aproximadamente 18,6% da população brasileira enfrenta algum tipo de deficiência visual. Desse contingente, cerca de 6,5 milhões de indivíduos sofrem com deficiência visual severa, dentre estes, aproximadamente 506 mil pessoas enfrentam uma situação ainda mais desafiadora, vivenciando a perda total da visão, o que corresponde a 0,3% da população total do Brasil. Esta limitação, precisa ser incluída por parte dos estudantes e dos profissionais de Psicologia, em relação ao conhecimento sobre avaliação psicológica. Por conseguinte, apresenta-se uma carência na existência dos materiais adaptados, apesar de existir um respaldo do CFP para a utilização de tecnologias assistivas e do modelo do Desenho Universal.

Estratégias de adaptação e inclusão na avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual

O processo de avaliação psicológica de deficientes visuais pode necessitar de modificações e adaptações em seus métodos avaliativos com o objetivo de tornar mais acessível o processo de avaliação psicológica destes indivíduos, além de contribuir com a facilitação e a autonomia na realização de atividades relacionadas a avaliação psicológica. Ademais, evidencia-se também que alguns recursos específicos, como tecnologias assistivas, podem auxiliar no processo de avaliação de deficientes visuais. Sendo assim, testes psicológicos e entrevistas que se utilizam de leitura e escrita, podem ser adaptados e aplicados através de aplicativos de leitores de tela, e/ou, por meio da transcrição de itens para a escrita Braille.

A tecnologia assistiva compreendem recursos que buscam proporcionar e expandir as competências práticas de indivíduos com deficiência (GARCIA; VIEIRA, 2018). Sendo assim, pode-se citar como instrumentos de tecnologias assistivas teclado adaptado, pranchas de comunicação, aplicativos de leitores de tela e síntese de voz, projetos arquitetônicos para a acessibilidade e próteses (NAZARI; NAZARI; GOMES, 2017). Nesse sentido, a tecnologia assistiva desempenha um papel fundamental nesse contexto, permitindo uma avaliação interativa que leve em consideração as possibilidades de crescimento cognitivo do indivíduo. Ela busca identificar como e por que alguns indivíduos são mais favorecidos do que outros durante a avaliação psicológica, promovendo uma compreensão mais justa da inteligência e do funcionamento cognitivo de indivíduos com deficiência visual (HUTZ; BANDEIRA,

2018).

A utilização de tecnologias assistivas, tem como consequência trazer a integração dos indivíduos com deficiência visual, pois exhibe um novo contexto na avaliação psicológica. Isso envolve o uso de leitores de tela, a redução da complexidade de estímulos e ajustes para acompanhar o ritmo de desempenho e compreensão do indivíduo avaliado (VAZ; MELO, 2022).

Além disso, de acordo com Oliveira, Nuernberg e Nunes (2013), a técnica do Desenho Universal é um conceito que visa criar soluções abrangentes aplicáveis em diversas áreas, como arquitetura, mercado, escola, trabalho e Psicologia.

O objetivo principal é desenvolver alternativas acessíveis e adequadas para um público diversificado, evitando a necessidade de construir modelos avaliativos específicos para cada grupo. Isso implica na adaptação e elaboração de instrumentos que se adequem a diversas pessoas, incluindo aquelas com deficiência visual. Estratégias como testes em Braille, áudio, clareza auditiva nas perguntas, elementos táteis, tempo adicional, entrevistas pessoais, *feedback* verbal, documentação em áudio e acessibilidade digital são incorporadas no processo (OLIVEIRA; NUNES, 2015).

O Desenho Universal fortalece práticas inclusivas na avaliação psicológica, garantindo acessibilidade e adequação aos indivíduos com deficiência, promovendo sensibilidade às suas necessidades específicas e maior inclusão (BARRETO; BÔAS, 2021).

Em suma, a avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual requer adaptações e o uso de tecnologia assistiva para tornar os instrumentos acessíveis. A técnica do Desenho Universal e o uso de leitores de tela são abordagens que promovem a inclusão e a paridade nesse contexto. Essas estratégias e ações são fundamentais porque desempenham um papel crucial em assegurar que todos, independentemente de suas diferenças e necessidades, tenham a mesma oportunidade de serem avaliadas de maneira justa e equitativa no contexto da avaliação psicológica.

Diferentes compreensões sobre a deficiência visual e sua influência em relação ao processo de avaliação psicológica

É essencial elaborar uma compreensão em relação ao processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual. Sendo assim, observa-se que Vygotsky estabelece uma distinção entre deficiência primária e secundária. De acordo com Nuernberg (2008), a deficiência primária é caracterizada pelos problemas orgânicos, e, a deficiência secundária abrange as consequências psicossociais decorrentes da deficiência, sendo importante mencionar que estas restrições secundárias são estabelecidas socialmente, e, com isso, indicam que o ambiente cultural é estruturado com base em um padrão de normalidade que podem gerar empecilhos físicos, atitudinais e educacionais ao desenvolvimento social e cultural da população com deficiência (NUERNBERG, 2008).

É relevante pontuar que Vygotsky também desenvolveu outras conceituações em sua abordagem teórica, denominada sócio-histórica. A teoria sócio-histórica surgiu na Europa, no começo do século XX, e, chegou ao Brasil na década de 1980 (BOCK; et.

al., 2023). Para a Psicologia Sócio-histórica, o indivíduo é constituído através de suas experiências vivenciadas, intervenção no meio em que vive, atividades instrumentais e relações interpessoais (BOCK; et. al., 2023). Sendo assim, pode-se compreender que determinadas aptidões e características do indivíduo podem ser desenvolvidas através da influência do ambiente e do contexto cultural, social e histórico do sujeito. Além disso, Vygotsky elaborou conceituações relacionadas a aprendizagem, como os conceitos de nível de desenvolvimento potencial e nível de desenvolvimento efetivo (VYGOTSKY, et. al., 2010). Segundo o autor, o nível de desenvolvimento efetivo da criança está relacionado ao grau de desenvolvimento das funções intelectuais e psicológicas, obtidos através das habilidades adquiridas pela criança, e, o nível de desenvolvimento potencial relaciona-se as atividades que a criança consegue realizar com auxílio dos adultos (VYGOTSKY et., al., 2010). Observa-se que Vygotsky, na elaboração deste conceito, estudou o desenvolvimento das crianças, no entanto, estas percepções relacionadas ao desenvolvimento humano também podem enfatizar diferentes grupos sociais, como, a população com deficiência.

Nesse sentido, nota-se que pessoas com deficiência podem necessitar de adaptações durante a realização de determinadas atividades como o processo de avaliação psicológica (HUTZ; BANDEIRA, 2018). Diante disso, a adaptação de testes psicológicos e a implementação de determinados instrumentos durante o processo de avaliação psicológica, como, as tecnologias assistivas, podem auxiliar a pessoa com deficiência a desenvolver suas habilidades, promover autonomia e inclusão do sujeito, e, assim, proporcionar o desenvolvimento efetivo do indivíduo, como enfatizado por Vygotsky.

Outrossim, a Psicologia Individual de Alfred Adler também oferece uma base teórica abrangente e perspicaz que enriquece a percepção da experiência das pessoas com deficiência visual no contexto da avaliação psicológica. Em conformidade com Fiest, Fiest e Roberts (2015), a Psicologia Individual é uma teoria psicológica que enfatiza a singularidade de cada indivíduo e a relevância de abordar a pessoa integralmente, ao invés de dividir a personalidade em partes separadas.

Adler (1957) acreditava que a personalidade é moldada por fatores sociais e culturais, bem como por fatores biológicos. Ele também enfatizou a importância da busca pela superioridade como um impulso fundamental em todo ser humano. A Psicologia Individual também enfatiza a importância do modo de vida de uma pessoa, que representa como alguém enfrenta seus sentimentos de inferioridade e busca pela superioridade (HALL, C., S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, 2009).

A teoria adleriana também enfatiza a importância do estabelecimento de metas e do comportamento compensatório na busca pela realização pessoal e superação dos sentimentos de inferioridade (FIEST; FIEST; ROBERTS, 2015).

A teoria de Adler é fundamentada no conceito central de "sentimentos de inferioridade" (HALL, C., S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, 2009). Adler argumentou que todos os indivíduos nascem com uma sensação inata de inferioridade devido às suas limitações físicas e à dependência dos cuidados dos outros durante a infância (FIEST; FIEST; ROBERTS, 2015). Essas sensações de inferioridade servem como um incentivo para alcançar a "superioridade", que é a motivação básica de todos os seres humanos, ou

seja, uma força motivadora que impulsiona as pessoas a superarem seus sentimentos de inferioridade, levando-as a superar suas deficiências percebidas e buscar objetivos significativos (FIEST; FIEST; ROBERTS, 2015). Sem aprofundar nas críticas que posteriormente seriam feitas a esse conceito, podemos considerar que, segundo Adler, esse sentimento atua como um elo entre a deficiência física e a busca por superação, estabelecendo uma relação dinâmica entre eles.

Ao contrário do que se poderia supor, este sentimento não paralisa o sujeito deficiente frente às dificuldades que ele pode encontrar, mas o impulsiona a atravessar tais limites. Logo, o sentimento de inferioridade e as aspirações psíquicas deste sujeito atuam dialeticamente, como forças motrizes capazes de levá-lo a vencer sua deficiência (MONTEIRO; MANHÃES; KASTRUP, 2007, p. 97).

Nesse sentido, é imperativo que as adaptações tecnológicas tornem as avaliações acessíveis, mas também preservem a autonomia e dignidade desses indivíduos. O processo de adaptação deve ser conduzido de forma a permitir que as pessoas com deficiência visual mantenham seu desejo inato de buscar a superioridade por meio de sua participação ativa na avaliação psicológica.

Análise da Literatura

A fim de organizar os dados obtidos, produzimos o Quadro 1, apresenta-se os dados dos artigos utilizados na pesquisa.

Quadro 1- Artigos relacionados a avaliação de pessoas com deficiência visual de 2007 a 2022

	Títulos	Autores	Ano	Bases de Dados
1	Além do psicodiagnóstico: práticas inclusivas a partir da avaliação psicológica	BARRETO, C.; VILASBOAS, L.	2021	Google Acadêmico
2	A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem	LEITE, F. de M. M.	2021	Acervo da Universidade Federal do Espírito Santo
3	Alfred Adler (1870-1937): uma breve biografia	LEAL, D.; MASSIMI, M.	2017	Scielo
4	Avaliação psicológica online: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância	MARASCA, A. R., et. al.	2020	Scielo
5	Avaliação psicológica em pessoas com deficiência: análise da literatura brasileira	VIEIRA, V	2018	Google Acadêmico
6	A avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: uma revisão de literatura	VAZ, L.; MELO, D.	2022	Google Acadêmico
7	Avaliação da inteligência de crianças deficientes visuais: Proposta de instrumento	CAMPOS; C. R.; NAKANO; T. C. de.	2014	Scielo

8	Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência visual	NUERNBERG, H. A.	2008	Scielo
9	Compensação e deficiência no pensamento de Alfred Adler (1870-1937)	LEAL, D.; ANTUNES, M. A. M	2015	Google Acadêmico
10	Deficiência visual: possibilidades e desafios em avaliação psicológica	CAMPOS, C. R.	2022	Scielo
11	Desafios contemporâneos: O uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem	GARCIA, E. N.; VIEIRA, A. M. D. P.	2018	Google Acadêmico
12	Estratégias e desafios em prevenção à cegueira e deficiência visual	OLIVEIRA, I. P., et. al.	2022	Google Acadêmico
13	Instrumentos para avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual: tecnologias para desenvolvimento e adaptação	OLIVEIRA, C. M.; NUNES, C. H. S. da S.	2015	Scielo
14	Questões acerca da teoria da compensação no campo da deficiência visual	MONTEIRO, R. P.; MANHÃES, P. L.; KASTRUP, V.	2007	Google Acadêmico
15	Tecnologia assistiva (TA): do conceito a TA enquanto política de educação inclusiva que contribui na formação de pessoas com deficiência	NAZARI, A. C. G.; NAZARI, J.; GOMES, M. A	2017	Google Acadêmico

Fonte: Scielo, Google Acadêmico, Acervo da Universidade Federal do Espírito Santo.

Para a elaboração deste artigo, foram conduzidas duas visitas essenciais, desempenhando um papel primordial em nossa pesquisa. No contexto deste estudo, é fundamental descrever a visita à empresa Psicoteste, localizada em Vitória, Espírito Santo, realizada no dia 25 de setembro de 2023, conduzida pelos três acadêmicos autores deste artigo científico. O local é composto por sala de recepção e com a exposição de livros de diversas abordagens, materiais e jogos para manusear nas sessões e atendimentos da Psicologia, escritório, refeitório, banheiro e uma sala onde são apresentados os testes, este local contém cadeiras e mesas e um projetor de imagem. A visita foi realizada nesta empresa porque ela é a única de referência em avaliação psicológica no Estado do Espírito Santo. O objetivo da visita foi conhecer e fazer levantamento de dados sobre a avaliação e os testes psicológicos disponíveis no local e identificar os que são adaptados para o uso dos deficientes visuais.

Na visita, foi apresentado um catálogo com os testes do local, e comparando com o das pesquisas bibliográficas é possível confirmar que não há muitos recursos para os indivíduos com deficiência visual. Os testes que podem ser aplicados são: Teste de Aprendizagem Auditivo – Verbal de Rey (RAVLT) que é um teste neuropsicológico, individual, realizado em processo de avaliação demencial para os problemas de memória em crianças, adolescentes, adultos e idosos (06 a 92 anos) e o teste de autorrelato aplicado em caso de depressão, como o BDI – II (Inventário de Depressão de Beck) que é um teste aplicado individualmente e coletivamente, para casos de

depressão de pessoas pré-adolescentes até idosos.

Já a visita ao Núcleo de Práticas em Psicologia (NPP) da instituição de ensino superior Multivix - Vitória foi realizada no dia 21 de outubro de 2023 e lá confirmou-se a observação anterior: não foram encontrados testes com constructo e parâmetros psicométricos adaptados para esse público, mas determinados testes psicológicos podem ser empregados no processo de avaliação psicológica de deficientes visuais, como RAVLT e BDI – II, na qual os mesmos testes foram identificados na empresa Psicoteste.

Conforme destacado por Barros (2019), a aplicação de recursos tecnológicos na área de avaliação psicológica é limitada, uma vez que as diretrizes mais recentes do Conselho Federal de Psicologia (CFP, 2018) mencionam o termo tecnologia apenas uma vez, relacionando-o à área de pesquisa. Com o advento da pandemia do COVID-19, o estudo e aplicação da avaliação psicológica passaram por transformações significativas, principalmente devido às medidas de distanciamento social.

Para mais, Barros (2019) também ressalta a ausência de testes psicológicos com análises de conformidade em pessoas com deficiência, tornando impossibilitada sua utilização por psicólogos. Além disso, Campos e Nakano (2014) apontam que no Brasil não existem testes psicológicos padronizados e validados para avaliação de crianças com deficiências.

Dessa forma, no processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual, podem ser aplicados métodos como a análise comportamental por meio de entrevistas psicológicas e observação. Contudo, a utilização de testes psicológicos pode requerer adaptações específicas para atender a essa população (CAMPOS; NAKANO, 2014). Nesse contexto, conforme Campos, Nakano (2014), destaca-se a relevância de estudos de comprovação de dispositivos na literatura sobre avaliação psicológica, exemplificados por pesquisas como as de Schelini e Wechsler (2005) e Chiodi e Wechsler (2009), que buscam avaliar diversas habilidades de indivíduos.

Ademais, nota-se que a deficiência não influencia apenas o aspecto biológico do indivíduo, mas também sua realidade social. Dessa maneira, é crucial que o processo de avaliação psicológica adote uma perspectiva de inclusão social, evitando limitações à capacidade do avaliado. Nesse sentido, é relevante destacar a importância de recursos como as tecnologias assistivas, que podem ser incorporadas no processo de avaliação, adaptando atividades como entrevistas e testes psicológicos. Isso proporciona uma maior inclusão e facilita a avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual (NUERNBERG, 2008; FREIRE, 2008). Além disso, consoante com Vygotsky, a deficiência limita o indivíduo de certo modo, no entanto, esta limitação proporciona formas de superação das dificuldades e aquisição do desenvolvimento. Diante disso, pode-se ressaltar que a adaptação do processo de avaliação psicológica de deficientes visuais pode favorecer para evidenciar as potencialidades da pessoa avaliada, assim, buscando compreender outros aspectos do indivíduo e não apenas questões relacionadas a sua limitação (LEITE, 2021).

Conforme Alfred Adler (1957), a vida psíquica do ser humano é intrinsecamente

influenciada por seu objetivo central, que é determinado pelos impulsos e influências recebidos na infância. Esse objetivo molda a vida psíquica do indivíduo, direcionando seus movimentos e esforços para alcançar a segurança e adaptação, que são fundamentais para sua existência sob ótimas circunstâncias. Cada pensamento, desejo e sonho do homem é inerentemente vinculado a um propósito constante, que molda, direciona e ajusta essas atividades em conformidade. Essa interconexão surge da necessidade inerente de adaptação do organismo as demandas do ambiente circundante. Segundo o autor, tanto os fenômenos físicos quanto os psíquicos na experiência humana têm suas raízes nessas bases que destacamos. Para Adler (1957), não é possível conceber o processo evolutivo sem a presença constante de um objetivo, que é determinado pela dinâmica da vida. Esse objetivo pode ser percebido como mutável ou estável, dependendo das circunstâncias, mas em qualquer caso, a Psicologia Individual considera todas as manifestações da mente humana como intrinsecamente orientadas para a consecução desse propósito (ADLER, 1957).

Quanto ao processo de adaptação, de acordo com Adler, é uma etapa constante e indispensável para lidar com as desvantagens e dificuldades impostas pela condição humana. O estímulo da inferioridade e insegurança impulsiona o ser humano a buscar situações em que essas desvantagens sejam superadas ou minimizadas. Isso leva à necessidade de desenvolver técnicas e estratégias de adaptação, tanto físicas quanto psicológicas, para lidar com os desafios impostos pela natureza (ADLER, 1957).

Nesse sentido, as concepções de Adler, que destaca o papel relevante do objetivo central na vida humana e a necessidade contínua de adaptação, oferece uma perspectiva para o campo da avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual. Esta abordagem ressalta a relevância de estabelecer um objetivo ao adaptar testes para essa população, assegurando que a avaliação seja orientada para fornecer informações úteis e sensíveis às necessidades individuais (ADLER, 1957).

Além disso, o conceito de adaptação constante enfatizado por Adler se alinha com a natureza em evolução da avaliação psicológica para deficientes visuais, impulsionando a busca por estratégias e técnicas de adaptação que atendam às necessidades em constante mudança dessa população. Essas considerações fundamentais de Adler podem servir como uma diretriz valiosa para profissionais e pesquisadores engajados na contínua melhoria da avaliação psicológica inclusiva e equitativa (ADLER, 1957).

Além disso, as noções de estímulo da inferioridade e insegurança, conforme discutido por Adler (1957), encontram uma aplicação significativa no contexto da adaptação de testes para pessoas com deficiência visual. Esses estímulos podem ser vistos como fatores impulsionadores para a busca de soluções que superem as desvantagens impostas pela limitação visual.

Assim, os esforços para tornar os testes psicológicos mais acessíveis e eficazes para essa população são uma resposta a esses estímulos e uma demonstração de como a Psicologia Individual de Adler pode se traduzir em prática. A compreensão desses elementos, pode enriquecer o campo da avaliação psicológica adaptada, destacando

a necessidade de manter sua finalidade, promover a adaptação contínua e enfrentar os desafios relacionados à limitação visual, com o objetivo de proporcionar uma avaliação justa, inclusiva e sensível às necessidades específicas das pessoas com deficiência visual (ADLER, 1957).

Adicionalmente, de acordo com Leal e Antunes (2015):

Quando pensamos especificamente nas crianças com deficiência, não se pode esquecer que, desde o princípio, estas devem contar com as condições que a sociedade lhes impõe, pois nossa estrutura somática indica até que ponto o homem está relacionado com os demais. Nossos órgãos dos sentidos falam a linguagem da comunidade, sempre encontrando neles a lei superior segundo a qual vivem e se movem. Entretanto, diz Adler (1930/1959) que essa mesma sociedade que impõe condições às crianças e pessoas com deficiência é a mesma sociedade que deverá contribuir para a formação de valores que recuperem a posição destas em seus espaços e grupos, além de resgatar o sentimento de importância e de uma vida útil. (LEAL; ANTUNES, 2015, p. 29).

Nesse ínterim, a avaliação psicológica para pessoas com deficiência visual deve levar em consideração o ambiente social e cultural em que o indivíduo está inserido, bem como as condições que a sociedade lhes impõe (LEAL; ANTUNES, 2015).

CONCLUSÃO

Esta pesquisa buscou compreender questões relacionadas ao processo de avaliação psicológica com deficientes visuais. Dessa forma, discorreu-se sobre métodos para contribuir com o processo de avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual, como, tecnologias assistivas, modificações e/ou possíveis elaborações de adaptação de testes psicológicos para atender a estes indivíduos e diferentes compreensões em relação a deficiência visual e observações sobre a avaliação desta população. Assim, atingiu-se os objetivos almejados nesta pesquisa. Observa-se que há uma ausência de testes psicológicos adaptados para o uso de pessoas com deficiência visual e limitações em relação aos estudos sobre facilidades e dificuldades no processo de avaliação psicológica deste grupo de pessoas. Assim, faz-se necessário desenvolver mais pesquisas sobre os temas abordados, e, promover conhecimento para estudantes e profissionais da psicologia sobre a avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual e utilização de instrumentos para adaptar testes psicológicos, como, tecnologia assistivas. Com isso, busca-se promover a facilitação do processo de avaliação psicológica, ampliação das potencialidades de deficientes visuais e contribuir para tornar o processo de avaliação psicológica mais inclusivo e acessível.

REFERÊNCIAS

ADLER, A. **A ciência da natureza humana**. Tradução de Godofredo Rangel e Anísio Teixeira. 4.ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1957.

ANASTASI, A. **Testes psicológicos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Pedagógica e Universitária Ltda, 1977.

BARRETO, C.; VILAS BÔAS, L. Além do psicodiagnóstico: práticas inclusivas a partir da avaliação psicológica / Beyond psychodiagnosis: inclusive practices based on psychological assessment. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 7, n. 2, p. 15372–15389, fev. 2021.

BARROS, L; de O. Avaliação psicológica de pessoas com deficiência: reflexões para práticas inclusivas. In.: Conselho Federal de Psicologia. **Prêmio profissional: Avaliação psicológica direcionada a pessoas com deficiência**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2019, p. 34-48.

BOCK, A. M. B.; et. al. **Psicologias: uma introdução ao estudo de psicologia**. 16. ed. São Paulo: Saraiva, 2023.

CAMPOS, C. R. Deficiência visual: possibilidades e desafios em avaliação psicológica. **Revista Interinstitucional de Psicologia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 1, p.1-24, jun. 2022.

CAMPOS; C. R.; NAKANO; T. C. de. Avaliação da inteligência de crianças deficientes visuais: Proposta de instrumento. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 34, n. 2, p. 406-419, abr./jun. 2014.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha de boas práticas para avaliação psicológica em contextos de pandemia**. Brasília: CFP, 2020^a. 37 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Cartilha avaliação psicológica**. 3. ed. Brasília: CFP, 2020^b. 70 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Práticas e estágios remotos em psicologia no contexto da pandemia da covid-19: recomendações**. 1. ed. Brasília: CFP, 2020. 62 p.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. Resolução nº 31, de 15 de dezembro de 2022. Brasília: CFP, 2022.

FIEST, J; FIEST, J. G.; ROBERTS, T. Adler: Psicologia Individual. In.: FIEST, J; FIEST, J. G.; ROBERTS, T. **Teorias da Personalidade**. 8.ed. Porto Alegre: Artmed, 2015, p. 45-67.

FREIRE, S. Um olhar sobre a inclusão. **Revista da Educação**, Portugal, v. 16, n. 1, p. 5-20, 2008.

GARCIA, E. N.; VIEIRA, A. M. D. P. Desafios contemporâneos: O uso da tecnologia assistiva como instrumento facilitador da aprendizagem. **Linguagens, Educação e Sociedade**, Teresina, v. 1, n. 40, p. 269-295, set./dez. 2018.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, C., S.; LINDZEY, G.; CAMPBELL, J, B. **Teorias Psicológicas Sociais**: Adler, Fromm, Horney e Sullivan. In: **Teorias da personalidade**. 4.ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

HUTZ, C.; BANDEIRA, D. **Avaliação psicológica da inteligência e da personalidade**. Porto Alegre: Artmed, 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pessoas com deficiência**. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o->

- brasil/populacao/20551-pessoas-com-deficiencia.html. Acesso em: 21 out. 2023.
- LEAL, D.; ANTUNES, M. A. M. Compensação e deficiência no pensamento de Alfred Adler (1870-1937). **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 1, n. 29, p. 13-33, out. 2015.
- LEAL, D.; MASSIMI, M. Alfred Adler (1870-1937): uma breve biografia. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 796-814, 2017.
- LEITE, F. de M. M. A contribuição de Vygotsky na educação especial: desenvolvimento e aprendizagem. **Pesquisa em Ensino**, v. 1, n. 11, p. 100-122, dez. 2021.
- MARASCA, A. R.; et. al. **Avaliação psicológica online**: considerações a partir da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) para a prática e o ensino no contexto a distância. **Estudos de Psicologia**, Campinas, n. 37, 2020.
- MONTEIRO, R. P.; MANHÃES, P. L.; KASTRUP, V. Questões acerca da teoria da compensação no campo da deficiência visual. **Benjamin Constant**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 36, p. 1-7, 2007.
- NAZARI, A. C. G.; NAZARI, J.; GOMES, M. A. Tecnologia assistiva (TA): do conceito a TA enquanto política de educação inclusiva que contribui na formação de pessoas com deficiência. **Universidade Federal de Uberlândia**, Uberlândia, v. 1, n. 1, p. 1- 16, 2017.
- NUERNBERG, H. A. Contribuições de Vygotsky para a educação de pessoas com deficiência visual. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 307-316, abr./jun. 2008.
- OLIVEIRA, C. M.; NUNES, C. H. S. da S. Instrumentos para avaliação psicológica de pessoas com deficiência visual: Tecnologias para desenvolvimento e adaptação. **Psicologia: Ciência e Profissão [online]**, 2015, v. 35, n. 3, p. 886-899, jul./sep.2015.
- OLIVEIRA, I. P. de; et. al. Estratégias e desafios em prevenção à cegueira e deficiência visual. **Revista de Medicina**, Ribeirão Preto, v. 55, n. 2, p. 96-102, 2022.
- SENADO FEDERAL. **Estatuto da pessoa com deficiência**. 3.ed. Brasília: Senado Federal e Coordenação de Edições Técnicas, 2019, 50 p.
- SHUTTERSTOCK; WERNECK, F. **Avaliação psicológica**: área em expansão. 15.ed. n. 10. Brasília: Conselho Federal de Psicologia e Revista Diálogos, 2019, 75p.
- VASQUES, R. F.; SILVA, R. R. D. da. Igualdade de oportunidades e acesso a conhecimento relevantes: estudo sobre a equidade nas políticas curriculares. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, p. 1-26, jan./dez. 2020.
- VAZ, L.; MELO, D. A avaliação psicológica em pessoas com deficiência visual: uma revisão de literatura. **Cadernos de Psicologia**, Juiz de Fora, v. 4, n. 8, p. 267-282, jul./dez. 2022.
- VIEIRA, V. Avaliação psicológica em pessoas com deficiência: análise da literatura brasileira. **Revista Especialize On-line IPOG**, Goiânia, v. 1, n. 15, p. 1-14, jul./2018.
- VYGOTSKY; L. S.; et. al. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. Tradução de Maria da Pena Villalobos. 11. ed. São Paulo: ícone, 2010.